

Em defesa da educação

OSWALDO SAENGER

10.05.1994

Em meio a tantas trapalhadas no cotidiano do Brasil, misturadas a uma deplorável confusão que se instalou no Executivo através de sucessivas edições de Medidas Provisórias, ultimamente é na área da educação que se faz notar com maior força a inconveniente intervenção dos órgãos governamentais.

Observe-se, por exemplo, o que vem ocorrendo na questão da mensalidade escolar. O que deveria ser uma relação simples e absolutamente corriqueira entre usuários e estabelecimentos de ensino, tem se constituído em atabalhoada violência do Governo contra a escola particular. E o resultado é a transformação da mensalidade em nó difícil de ser desatado. A irresponsabilidade, gerada na intromissão indevida, detona dúvidas e leva a uma situação esdrúxula em que tanto os usuários quanto as escolas - ao invés de serem melhor esclarecidos - não po-

dem nada decidir.

Nesse ambiente de tumulto e incertezas, resta-nos aguardar a soberana manifestação do Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso, cumpre-nos registrar a esperança de que, embora não seja amanhã ou depois, é certo que chegará o dia em que o Governo entenderá, de uma vez por todas, que a mensalidade escolar não é motivo de confronto com os educadores. Estamos seguros que esse momento vai ocorrer no dia em que a política verdadeiramente se ocupar dos interesses coletivos da população - sem desvios eleitoreiros, respeitando a legislação vigente e cumprindo com suas obrigações constitucionais.

Até lá, a Federação Interestadual das Escolas Particulares não vai esmorecer na luta pela sobrevivência de uma educação de boa qualidade. Trata-se, com efeito, de uma batalha sem tréguas a fa-

vor do Brasil, do futuro das novas gerações. Não há como, definitivamente, a escola particular reduzir sua receita sem ter que abrir mão de sua boa qualidade - haja vista que os salários dos professores e funcionários pesam até 70% nos seus custos totais. Cortar receita significa fazer mais barato, e mais barato significa fazer pior.

Vale lembrar que a ação dos educadores agora intensificada nos tribunais, quer no Supremo Tribunal Federal e/ou na Procuradoria Geral da República, vem se desenrolando única e exclusivamente em nome da boa qualidade, da ética, da técnica e dos padrões de ensino. A luta é de defesa do futuro do País, até mesmo porque a nenhum cidadão consciente desta Nação interessa o sucateamento do ensino particular.

■ **Oswaldo Saenger** é presidente da Federação Interestadual das Escolas Particulares